



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES – EDIÇÃO 2019

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DE AGRACIADO

O Diploma José Ermírio de Moraes premia empresas e empresários de destaque no setor industrial que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do País, conforme dispõe a Resolução nº 35, de 2009.

Senador: LEILA BARROS

Nome do indicado para ser agraciado: JAMAL JORGE BITTAR

O indicado é *in memorian*? ☐ SIM ☒ NÃO

Justificativa: em anexo.

Observação: anexar a este formulário o currículo do indicado.

Assinatura do Senador

JUSTIFICATIVA

A senadora Leila Barros conhece o indicado há muitos anos; tem uma longa estória de serviços prestados a Brasília e ao Brasil, tornando-se digno, portanto a receber esta importante homenagem.

Jamal Jorge Bittar, Natural de Anápolis (GO), nascido em 22 de outubro de 1957, é filho de Jorge Bittar e de Nasrin Bittar, ambos de origem Síria. Grande parte da família Bittar migrou para o Brasil nas primeiras décadas do século XX, radicou-se em Brasília em 1976.

Cursou Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e Direito pela Universidade Euromericana (UniEuro).

Desde 1983 é industrial no setor metalomecânico, proprietário da Alumax Indústria e Comércio de Alumínio Ltda., empresa que produz peças e utensílios domésticos.

Destacou-se por sua atuação no Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Distrito Federal (Simeb-DF), para o qual foi eleito presidente em 1996. Ocupou o cargo por duas gestões consecutivas, até o ano de 2002, sendo novamente eleito para o mandato 2008-2012 e reconduzido ao cargo para o quadriênio posterior.

Em julho de 2014, foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra). Em 2018 foi reeleito para o cargo, com mandato que se encerra em 2022. Desde janeiro de 2019 é presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae no DF.

Na presidência da Federação, se destacou no apoio à implementação do Parque Tecnológico de Brasília (Biotic), que era projeto há mais de vinte anos, e no avanço de várias iniciativas conjuntas voltadas para o desenvolvimento da Cidade, principalmente os vocacionados para o desenvolvimento tecnológico e da indústria do conhecimento no âmbito da Capital.

Em 2016, no Fórum de Governadores Brasil Central, apresentou aos chefes de Executivo do grupo carta com proposta do setor empresarial.

O documento destacava pontos fundamentais para permitir que a economia dos estados voltasse a crescer, como a adoção do Regime de Previdência Complementar, com o intuito de minimizar o endividamento interno, a valorização e o estímulo do funcionalismo público a partir de sua produtividade, que importaria na melhoria da prestação do serviço à população e na redução de custo. O texto também abordava a importância da melhoria na infraestrutura dos estados integrantes do Acordo Brasil Central utilizando investimento privado, por meio das Parcerias Público Privadas; além de defender uma maior autonomia dos estados perante o governo federal.

Trabalhou para a homologação no Distrito Federal do Convênio ICMS nº 190 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que permite que o Distrito Federal e os estados adotem incentivos fiscais relativos ao ICMS nos moldes do que for aplicado por unidades federativas da mesma região. A sanção da lei ocorreu em 2018.

Participou da construção do projeto que instituiu no DF o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em um processo que ocorreu em cinco anos de debates, com aprovação pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 2018 e sanção pelo Executivo local em 2019. A legislação é marco para o desenvolvimento econômico da região por indicar como e onde devem ocorrer novos empreendimentos e ocupações do solo, com respeito às particularidades demográficas, ambientais e socioeconômicas de cada região, aumentando a segurança jurídica com consequência na atração de investimentos.

Também foi parte importante na elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo no DF. Sancionada em 2019, a legislação define os usos e as atividades que podem ser desenvolvidos nos lotes das áreas urbanas, bem como os índices urbanísticos a que as edificações devem atender, tais como altura, afastamentos, área máxima de construção e taxa de permeabilidade.

Nas pautas prioritárias em discussão atualmente, foca na importância da mudança da matriz econômica do DF, hoje dependente do setor público, para uma lógica econômica estruturada no setor privado, especialmente industrial. Com este intuito, trabalha para melhorar as condições do ambiente de negócios com ações e atraiam investimentos com ações para incentivar:

- O fortalecimento do desenvolvimento tecnológico
- O estímulo ao surgimento de startups e de indústrias de base tecnológica

- O fortalecimento da segurança jurídica, com a manutenção e o aperfeiçoamento dos programas e as políticas voltados para a promoção do desenvolvimento econômico

- A criação e a implantação de uma agência de investimentos

- A realização de simplificação tributária e de procedimentos

- A melhoria da logística de passageiros e carga, tornando o DF um centro logístico nacional